

Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - AC

# S05 - PROCURADOR JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
<b>1</b>

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

---

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

**“Tudo o que chega, chega sempre por alguma razão.”**

(Fernando Pessoa)

---

## ATENÇÃO

Este caderno contém cem questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

**Duração da prova: 4 HORAS**

---

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

---

## Língua Portuguesa

### TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

#### Não vai dar tempo

Paulo Pestana  
Crônica

O mundo anda com muita pressa. Não bastasse ouvir os recados deixados no telefone com rotação acelerada para ganhar poucos segundos, agora a onda é ouvir música em velocidade mais rápida. Isso mesmo: o pessoal está com urgência que a música acabe.

O artista gasta fôlego e talento – alguns nem tanto – para fazer uma canção e o gaito do ouvinte agora está alterando o andamento \_\_\_\_\_ tem o cérebro pedindo pé embaixo.

Ritmos vêm sendo acelerados há tempo, mas pelos artistas, não pelos ouvintes. O blues virou rock, que virou uma massa sonora difícil de ser catalogada; o samba cadenciado dos desfiles das escolas foi tão apressado que virou uma marcha, com pouco espaço para a evolução dos passistas. São mudanças que o tempo trouxe.

Mas o que ocorre agora com a tecnologia e a compressão é uma interferência direta na obra. Os serviços de *streaming* ainda não oferecem a opção de se ouvir música acelerada, mas não vai demorar.

Ainda bem que tem gente que gosta de andar na contramão. Aos 82 anos de idade, o cantor e compositor Paul Simon está lançando um disco com uma suíte, faixa única de 33 minutos e dois segundos, dividida em sete partes. Chama-se *Seven Psalms* e é um convite à reflexão sobre mortalidade e espiritualidade que não combina com essa pressa toda.

Autor de clássicos inescapáveis da música popular – *The Sound of Silence*, *Bridge Over Troubled Waters*, entre tantos – Simon obriga que o ouvinte atravesse toda a obra desde o início, já que não há separação de faixas. Há uma delicadeza que cobra tempo de quem ouve, como a lembrar Drummond, que a vida necessita de pausas.

A pressa não é exclusiva dos ouvidos. Já faz algum tempo que versões reduzidas de grandes romances são oferecidas a quem tem preguiça de enfrentar[,] por exemplo[,] as 1.544 páginas da tradução brasileira de *Guerra e Paz*, de Tolstói. Não são as famosas condensações de livros que as Seleções de Reader's Digest publicam há 101 anos (81 no Brasil) com linguagem simplificada e narrativa resumida para facilitar a[,] digamos[,] digestão.

Agora é radical: as 3.938 páginas de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust, estão resumidas em apenas 30 linhas. E o sujeito sai achando que pegou tudo. O mesmo ocorre com *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes (1.328 páginas), *Os Miseráveis*, de Victor Hugo (1.912), *O tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo (2.832) ou qualquer obra que exija disposição intelectual e bíceps bem preparados – tudo registrado em algumas linhas.

Já estamos quase na metade do ano que começou ainda outro dia, o que dá uma sensação de urgência em tudo o que nos cerca. Viramos Lebre de Março, o coelho do País das Maravilhas, de Carroll, sempre com um enorme relógio das mãos, “dois dias” atrasado e para quem o eterno dura às vezes apenas um segundo.

Não adianta, não vai dar tempo de fazer tudo. É melhor ler 49 resumos de livros do que um romance inteiro? Ouvir três músicas no espaço que teríamos para ouvir uma? Ou apertar a tecla FF (ainda existe?) para acelerar a reprodução de um filme?

Mas se você chegou até aqui é bom saber que gastou sete minutos para ler esse texto.

PESTANA, Paulo. Não vai dar tempo. *Correio Braziliense*, 21 de junho de 2023. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/paulopestana/nao-vai-dar-tempo/>. Acesso em: 22 jun. 2023. Adaptado.

#### Questão 1

Diante da tendência atual de se ouvirem músicas de maneira acelerada e de se lerem livros de modo resumido, o autor se mostra:

- (A) otimista.
- (B) receoso.
- (C) indiferente.
- (D) animado.
- (E) escandalizado.

#### Questão 2

A conjunção “Mas” que inicia o 4º parágrafo NÃO pode ser substituída, sem que haja alteração de sentido no respectivo enunciado, por:

- (A) “Todavia”.
- (B) “Contudo”.
- (C) “Entretanto”.
- (D) “Logo”.
- (E) “No entanto”.

#### Questão 3

No 2º parágrafo, há uma lacuna propositalmente inserida, que deve ser preenchida por uma das versões da escrita dos *porquês*. Diante do contexto apresentado no parágrafo citado, a versão correta da escrita a ser aplicada é:

- (A) *por que*.
- (B) *por quê*.
- (C) *porque*.
- (D) *pq*.
- (E) *porquê*.

**Questão 4**

No trecho “Não bastasse ouvir os recados deixados no telefone com rotação acelerada para ganhar poucos segundos, agora a onda é ouvir música em velocidade mais rápida.” (1º parágrafo), a expressão “ganhar poucos segundos” significa:

- (A) poupar muitos segundos.
- (B) obter segundos relevantes.
- (C) poupar poucos segundos.
- (D) desperdiçar poucos segundos.
- (E) obter segundos importantes.

**Questão 5**

As vírgulas destacadas entre colchetes no 7º parágrafo da crônica foram empregadas para isolar:

- (A) adjuntos adverbiais.
- (B) expressões intercaladas.
- (C) vocativos.
- (D) apostos explicativos.
- (E) elementos de uma enumeração.

**Questão 6**

A concordância do verbo grifado encontra-se correta na seguinte sentença:

- (A) Ostras **aparece** frequentemente nas areias das praias brasileiras.
- (B) Já **é** cinco horas da tarde, e ainda não terminei o trabalho para amanhã.
- (C) **Haverão** novas oportunidades de inscrição nos cursos oferecidos pela universidade.
- (D) O pai ou o filho **serão promovidos** ao cargo de diretor da companhia.
- (E) **Faz** meses desde que eu me mudei para cá.

**Questão 7**

Leia o fragmento a seguir.

“Em algum momento, no outono de 1911, um enorme pedaço de gelo se separou de uma geleira, no vasto manto gelado do sudoeste da Groenlândia.

Nos meses que se seguiram, ele viajou lentamente para o sul, derretendo **pouco a pouco**, enquanto era carregado pelo vento e pelas correntes oceânicas.

Até que, na noite fria e escura de 14 de abril de 1912, um iceberg com 125 metros de comprimento – tudo o que restava do pedaço de gelo estimado em 500 metros que saiu de um fiorde da Groenlândia no ano anterior – colidiu com o navio de passageiros RMS Titanic, **durante sua viagem inaugural do porto britânico de Southampton até Nova York**, nos Estados Unidos.

O navio afundou em menos de três horas, tirando a vida de mais de 1,5 mil pessoas, entre passageiros e tripulantes. E seus destroços agora repousam a cerca de 3,8 mil metros de profundidade, **em um local do Oceano Atlântico a cerca de 640 km a sudeste da costa da Terra Nova**, no Canadá.”

GRAY, Richard. Por que as águas ao redor do Titanic ainda são traiçoeiras. *BBC Brasil*, 21 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpe9zn84p2lo>. Acesso em: 25 jun. 2023.

As estruturas em destaque nesse trecho exercem nele a função sintática de:

- (A) aposto enumerativo.
- (B) agente da passiva.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) adjunto adnominal.
- (E) objeto direto.

**Questão 8**

Qual das palavras a seguir apresenta formação por derivação parassintética?

- (A) Inadequação
- (B) Planalto
- (C) Século
- (D) Esverdear
- (E) Musculação

**Questão 9**

Leia a tirinha a seguir.



LEITE, Will. *Anésia* #697, 12 de junho de 2023. Disponível em: <http://www.willtirando.com.br/anesia-697/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

Qual é a figura de linguagem que se manifesta nos dois últimos quadinhos dessa tirinha?

- (A) Metáfora
- (B) Ironia
- (C) Metonímia
- (D) Eufemismo
- (E) Hipérbole

**Questão 10**

Leia o excerto a seguir.

“O primeiro submersível com aplicações práticas, chamado *Turtle* (“tartaruga”, em inglês) foi usado nos conflitos entre colonos e britânicos pela independência dos Estados Unidos. A máquina **de** madeira e cobre, inventada pelo americano David Bushnell em 1775, foi pensada para grudar explosivos discretamente no casco dos navios da Marinha Real ancorados **em** Nova York. Não deu certo.

Alguns tanques de água a bordo enchem para aumentar a densidade do veículo e afundá-lo. **Para** voltar à superfície, o operador precisava bombear a água de volta para fora manualmente. [...]”

VAIANO, Bruno. Qual é a diferença entre um submersível e um submarino? *Superinteressante*, 22 de junho de 2023. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/qual-e-a-diferenca-entre-um-submersivel-e-um-submarino/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Quais são, respectivamente, os sentidos que as preposições grifadas veiculam nesse trecho?

- (A) Origem, tempo e destinatário
- (B) Material, lugar e finalidade
- (C) Origem, lugar e destinatário
- (D) Posse, trajetória e finalidade
- (E) Material, trajetória e trajetória

**Noções de Informática**

**Questão 11**

“Um tipo de spyware que tira prints (fotos) da tela do computador, informando onde o cursor do mouse é clicado, repassando informações sigilosas do usuário, como senhas, entre outros danos.”

O trecho acima faz referência a(o):

- (A) Adware.
- (B) Screenlogger.
- (C) Backdoor.
- (D) Rootkit.
- (E) Hijacker.

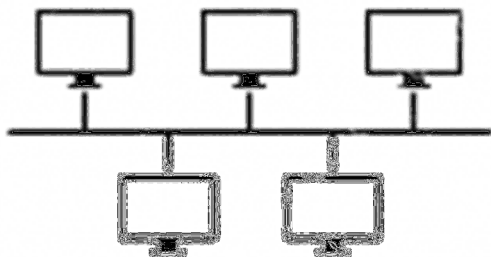
**Questão 12**

O firewall é um dispositivo de segurança responsável por:

- (A) auxiliar em caso de quedas ou variações de energia, protegendo equipamentos eletrônicos e funcionando como fonte de alimentação reserva, evitando que os aparelhos sejam danificados ou que queiem.
- (B) fazer cópias de segurança de um ambiente, aplicação ou dados em um determinado momento.
- (C) provar a integridade e autenticidade das informações usando o que é conhecido como assinaturas digitais.
- (D) aplicar métricas a atributos biológicos para fins de aferição e identificação de um indivíduo.
- (E) monitorar o tráfego de rede de entrada e saída, e decidir se permite ou bloqueia tráfegos específicos, de acordo com um conjunto definido de regras de segurança.

**Questão 13**

A imagem abaixo corresponde a qual tipo de topologia de rede?



- (A) Topologia Ponto-a-Ponto
- (B) Topologia Anel
- (C) Topologia Árvore
- (D) Topologia Barramento
- (E) Topologia Malha

**Questão 14**

Os cabos UTP padronizados pela norma EIA/TIA-568-B são classificados em categorias e a diferença entre elas está na frequência máxima que suportam. Posto isto, a Categoria 5 suporta:

- (A) transmissão de até 16 MHz, dados até 10 Mbps.
- (B) transmissão de até 20 MHz, dados até 20 Mbps.
- (C) transmissão de até 250 MHz, dados até 1.000 Mbps.
- (D) transmissão de até 100 MHz, dados até 100 Mbps.
- (E) transmissão de até 600 MHz, recomendada para redes 10 Gigabit Ethernet.

**Questão 15**

Para um usuário do MS-Excel retornar um valor ou a referência a um valor de dentro de uma tabela ou intervalo, qual função deve ser utilizada?

- (A) Função PROCURAR
- (B) Função SE
- (C) Função ÍNDICE
- (D) Função CORRESP
- (E) Função ESCOLHER

**Questão 16**

O atalho Shift + Esc, quando utilizado no navegador de internet Google Chrome, é responsável por:

- (A) abrir o gerenciador de tarefas do Chrome.
- (B) abrir a página de downloads em uma nova guia.
- (C) exibir ou ocultar a barra de favoritos.
- (D) ir para a correspondência anterior da pesquisa da barra "Localizar".
- (E) fazer login como um usuário diferente ou navegar como visitante.

**Questão 17**

No sistema operacional Linux, o comando "chmod" modifica as permissões de um arquivo ou diretório baseado em algumas opções, como a letra "r", por exemplo, que significa:

- (A) escrita.
- (B) leitura.
- (C) execução.
- (D) todos os usuários.
- (E) grupo.

**Questão 18**

Das opções abaixo, qual corresponde ao comando do sistema Linux responsável por criar um diretório?

- (A) Ls
- (B) Mv
- (C) Sort
- (D) Tail
- (E) Mkdir

**Questão 19**

De acordo com o \_\_\_\_\_, a informação só pode ser alterada por pessoas autorizadas, ou seja, ele garante o controle das alterações, impedindo que pessoas não autorizadas façam alterações indevidas na informação.

A lacuna acima deve ser preenchida por:

- (A) Princípio da Autenticidade.
- (B) Princípio da Confidencialidade.
- (C) Princípio da Integridade.
- (D) Princípio da Disponibilidade.
- (E) Princípio da Dignidade.

**Questão 20**

Qual atalho deve ser utilizado no MS-Word para exibir o menu de atalho do item selecionado?

- (A) Shift + F10
- (B) Home
- (C) Shift + Tab
- (D) Esc
- (E) Ctrl + Tab

## **Conhecimentos Específicos**

**Questão 21**

São princípios constitucionais da Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Quanto a estes princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação de inexigibilidade de licitação na contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública viola o princípio da moralidade.
- (B) A veiculação de propaganda estatal com a promoção do nome do governante viola o princípio da publicidade.
- (C) A negativa de concessão de benefício previdenciário em caso que estejam presentes seus requisitos viola o princípio da legalidade.
- (D) A recusa de promoção do juiz mais antigo pelo critério de antiguidade fundamentada por 2/3 ou mais dos membros do Tribunal viola o princípio da impessoalidade.
- (E) A ausência de publicação do ato da convocação para participação de licitação pública viola o princípio da eficiência.

**Questão 22**

As autarquias integram a administração pública indireta. Sobre as autarquias, é correto afirmar que:

- (A) detém personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, visando a execução de atividades atípicas da Administração Pública que demandem gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (B) os seus dirigentes têm legitimidade passiva para figurar como autoridades coatoras em Mando de Segurança.
- (C) não detém o poder de polícia, considerando se tratar de atributo de órgãos da Administração Pública direta.
- (D) os Conselhos de Fiscalização Profissional não são autarquias por se caracterizarem como entidades de classe.
- (E) são exemplos de autarquias federais o Instituto Nacional do Seguro Social, a Agência Nacional de Telecomunicações, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

**Questão 23**

Os atos administrativos se dividem em atos vinculados e discricionários. Assinale a alternativa que contenha um exemplo de ato administrativo discricionário.

- (A) A concessão de aposentadoria por tempo de contribuição
- (B) A concessão de alvará de localização e funcionamento
- (C) A aplicação da pena de demissão de servidor público estável
- (D) A concessão de autorização de realização de evento em espaço público
- (E) A aplicação de multa de trânsito ao condutor de veículo automotor

**Questão 24**

Na celebração de contrato administrativo pode, conforme a Lei nº 14.133/21, ser dispensada a licitação para aquisição de:

- (A) materiais de uso pessoal e administrativo das Forças Armadas, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico.
- (B) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis para abastecimento ordinário de órgãos da administração direta.
- (C) bens ou serviços produzidos no país que envolvam, alternativamente, alta complexidade e defesa nacional.
- (D) obras de arte, de autenticidade certificada, independentemente da finalidade do órgão adquirente.
- (E) medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

**Questão 25**

Em regra, os contratos administrativos são formais, dependendo de termo de contrato ou instrumento de contrato. Contudo, a Lei nº 14.133/2021 traz algumas exceções nas quais é dispensada a referida formalidade e permitida a substituição por outros documentos. Quais são estes documentos?

- (A) Carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço
- (B) Carta-contrato, nota fiscal, autorização de compra ou ordem de execução de serviço
- (C) Carta-convite, nota fiscal, requisição de compra ou ordem de execução de serviço
- (D) Carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, proposta de serviço
- (E) Carta-convite, nota de empenho de despesa, requisição de compra ou proposta de serviço

**Questão 26**

A Constituição prevê normas gerais de acesso, remuneração, direitos e deveres dos servidores públicos, sendo correto afirmar que:

- (A) as proibições de acumulação de cargos não se estendem a cargos em sociedades controladas indiretamente pelo poder público.
- (B) não é garantido ao servidor civil que presta serviços essenciais o direito de greve.
- (C) é proibida a investidura de estrangeiros em qualquer cargo público por ausência de criação da lei destinada à sua regulamentação.
- (D) o servidor público eleito vereador deverá ser afastado de seu cargo para exercício do mandato.
- (E) é permitido que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo, considerando o princípio da separação dos poderes.

**Questão 27**

Os serviços públicos podem ser delegados a particulares mediante diferentes modalidades. Sobre as modalidades de delegação de serviço público, é correto afirmar que:

- (A) não podem ser objeto de concessão de serviço público os serviços considerados essenciais.
- (B) o serviço objeto de concessão ou permissão deve ser adequado, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e gratuidade.
- (C) o ente concedente do serviço público responde subsidiariamente pelo pagamento de verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores contratados pela concessionária.
- (D) podem ser realizadas por meio de permissão que, por ser precária e poder ser unilateralmente revogada pelo poder concedente, dispensa a realização de licitação.
- (E) para cumprimento do contrato de concessão, é permitida a contratação de terceiros para prestação de atividade inerente ao serviço concedido.

**Questão 28**

A responsabilidade civil do Estado é por regra objetiva, decorrente do risco administrativo, ou seja, independente da comprovação de culpa, contudo, a responsabilidade do Estado pode ser subjetiva quando o dano decorre:

- (A) da imprudência de agente público.
- (B) de condutas omissivas.
- (C) de conduta comissiva.
- (D) da morte de detento em estabelecimento prisional.
- (E) da ação de agente público amparado por excludente de ilicitude penal.

**Questão 29**

Considere o disposto na Lei nº 14.133/2021 e o seguinte caso concreto: A Administração Pública de determinado Estado pretende a alienação em favor de um Município, de um imóvel em que funciona uma repartição pública, para construção de um hospital.

Assinale a alternativa que corretamente indica a solução para a realização da alienação pretendida.

- (A) Deverá ser justificada a existência do interesse público na operação, realizada a transferência da repartição pública para outra localidade, avaliado o bem, obtida a autorização legislativa e realizada licitação na modalidade leilão.
- (B) Deverá ser justificada a existência do interesse público na operação, realizada a transferência da repartição pública para outra localidade, avaliado o bem e realizada a doação do bem ao Município.
- (C) Deverá ser avaliado o bem, obtida a autorização legislativa e realizada a doação do bem ao Município.
- (D) Deverá ser realizada a transferência da repartição pública para outra localidade, avaliado o bem e realizada a doação do bem ao Município.
- (E) Deverá ser justificada a existência do interesse público na operação, realizada a transferência da repartição pública para outra localidade, avaliado o bem, obtida a autorização legislativa e realizada a doação do bem ao Município.

**Questão 30**

O processo administrativo disciplinar pode gerar graves repercussões ao agente público, inclusive sua demissão. Segundo Constituição e a jurisprudência predominante sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) provas emprestadas de processo penal, neste consideradas ilícitas, podem ser aproveitadas em processo administrativo disciplinar.
- (B) a defesa realizada por bacharel em direito não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil não implica em cerceamento de defesa e nulidade do processo administrativo disciplinar.
- (C) não poderá ser demitido o servidor público estável por insuficiência de desempenho, ainda que instaurado processo administrativo disciplinar.
- (D) a alteração, na decisão que aplica a pena de demissão, da capitulação jurídica dos fatos dada no instrumento de instauração do processo administrativo disciplinar implica em violação do princípio do contraditório e ampla defesa.
- (E) a participação de um dos membros da comissão julgadora do processo administrativo disciplinar em outra comissão instaurada para apurar e julgar fatos e objetos distintos em face do mesmo acusado implica em sua suspeição.

**Questão 31**

Na desapropriação realizada por entes públicos, como regra, não é cabível a retrocessão. Assinale a alternativa na qual está exposto um exemplo de situação em que é possível a retrocessão do bem desapropriado.

- (A) O imóvel foi desapropriado com a finalidade de construção de uma escola pública, mas, após a imissão na posse pela Administração Pública, foi realizada no imóvel a instalação de um posto de saúde.
- (B) Foi declarada a utilidade pública do imóvel para fins de desapropriação sem que fosse realizado acordo com o proprietário para pagamento da indenização ou ajuizada ação de desapropriação, nem mesmo a Administração Pública penetrou no imóvel, por 5 (cinco) anos.
- (C) O imóvel foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação com a finalidade de instalação de um posto de saúde, ajuizada a ação de desapropriação, e a Administração Pública foi imitada na posse, sendo, em seguida cedido para sede de um partido político.
- (D) A penetração pela Administração Pública em imóvel particular com a instalação de uma repartição pública e sem pagamento prévio de indenização.
- (E) O imóvel foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, foi ajuizada a ação de desapropriação a Administração Pública foi imitada na posse depositando em juízo valor muito abaixo do de avaliação do imóvel.



**Questão 32**

Foi promovida pela Lei nº 14.230/2021 a alteração da Lei nº 8.429/92, notadamente quanto à alteração do rol exemplificativo dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública para um rol taxativo. Dentre estas hipóteses vigentes de improbidade administrativa, estão previstas as seguintes condutas, EXCETO:

- (A) transferir recurso à entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres.
- (B) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- (C) praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.
- (D) nomear parente por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de assessoramento, para o exercício de cargo de confiança.
- (E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

**Questão 33**

A Constituição determina as penas cabíveis aos condenados pela prática de atos de improbidade administrativa aplicáveis conforme gradação prevista em lei, dentre elas:

- (A) a indisponibilidade de bens.
- (B) o perdimento de bens.
- (C) a suspensão não remunerada do cargo público.
- (D) a aposentadoria compulsória.
- (E) a perda dos direitos políticos.

**Questão 34**

Acerca do processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Rio Branco/AC, é correto afirmar que as leis delegadas podem versar sobre:

- (A) a alteração de subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.
- (B) a instituição ou alteração de tributos municipais.
- (C) a implantação da guarda municipal ou modificações de seu funcionamento.
- (D) plano plurianual e diretrizes orçamentárias.
- (E) orçamento e finanças públicas.

**Questão 35**

Para ajuizamento de uma Ação Civil Pública, é necessário que a parte autora seja legitimada para tanto. Além do Ministério Público, é correto afirmar que são legitimados para oferecimento de Ação Civil Pública:

- (A) as fundações públicas, desde que haja pertinência temática entre suas finalidades institucionais e o interesse tutelado na demanda.
- (B) as sociedades anônimas, quando for o objeto da ação a infração da ordem econômica.
- (C) os chefes dos poderes Executivo e Legislativo dos entes federados.
- (D) a Ordem dos Advogados do Brasil, desde que haja pertinência temática com a defesa das prerrogativas da advocacia.
- (E) as associações, bastando que haja pertinência temática com seu objeto.

**Questão 36**

As pessoas jurídicas têm personalidade própria, podendo ser de direito público, interno ou externo, ou de direito privado, conforme previsto no Código Civil. Com isso, é correto afirmar que:

- (A) as associações podem ser pessoas jurídicas de direito público interno ou de direito privado.
- (B) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) o empreendedor individual é pessoa jurídica de direito privado.
- (D) a União é pessoa de direito público externo.
- (E) as empresas públicas são pessoas de direito público interno.

**Questão 37**

As pessoas naturais com pelo menos dezesseis anos completos de idade e menores de dezoito anos são consideradas, em regra, relativamente capazes para os atos da vida civil. A incapacidade relativa supra mencionada cessa pela emancipação do menor. São efeitos da emancipação, EXCETO:

- (A) o fim do poder familiar dos pais sobre o emancipado.
- (B) a inaplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente em favor do menor.
- (C) o fim da tutela, se houver.
- (D) a perda da qualidade dependente dos pais no Regime Geral de Previdência Social.
- (E) a desnecessidade de autorização para casamento do menor.

**Questão 38**

O local de domicílio da pessoa natural é, em regra, o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Algumas pessoas naturais tem, contudo, um domicílio previsto em lei. Assinale a alternativa que corretamente relaciona a pessoa natural específica e o seu domicílio necessário.

- (A) O domicílio do servidor público é o local em que exerce suas funções, ainda que de forma transitória
- (B) O domicílio do militar do exército é o Distrito Federal
- (C) O domicílio do marítimo é o local em que o navio estiver matriculado
- (D) O domicílio do incapaz é o local do domicílio da genitora no caso de menores e do juízo que atestou a incapacidade no caso dos interditados
- (E) O domicílio do preso é o local em que reside seu cônjuge ou companheiro, ou, em sua falta, de seus pais

**Questão 39**

Considere a seguinte situação: João vendeu um automóvel para a loja X, recebendo o pagamento do preço e entregando-o, sem que fosse realizado o registro da compra e venda no órgão competente. Fernando compareceu à loja X, se interessou no automóvel ainda registrado no nome de João, realizou o pagamento de um sinal para a aquisição do bem e combinou de buscá-lo no dia seguinte. Quando chegou para buscar o automóvel, foi informado que este havia sido entregue a Pedro, que pagou à vista o preço e recebeu as chaves. Pedro não realizou a alteração do registro do automóvel e inadimpliu uma dívida que tinha com Rafael, que obteve em ação judicial a restrição de transferência do veículo. Quem é o proprietário do automóvel mencionado?

- (A) Paulo
- (B) João
- (C) A loja X
- (D) Pedro
- (E) Rafael

**Questão 40**

Os negócios jurídicos podem ser firmados com defeitos que ensejem sua nulidade ou anulabilidade. São nulos os negócios jurídicos, não cabendo a sua confirmação quando:

- (A) firmado com a assunção de obrigação excessivamente onerosa por uma das partes, diante da necessidade desta de salvar pessoa de sua família de grave dano conhecido pela outra parte.
- (B) há vício na vontade decorrente de coação capaz de gerar ao declarante fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- (C) realizado em desacordo com a forma prescrita em lei ou em preterição de solenidade que a lei considere essencial para a validade.
- (D) as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio
- (E) praticado por pessoa natural relativamente capaz, desacompanhados de seu assistente.

**Questão 41**

No Direito Civil, a prescrição fulmina a pretensão enquanto a decadência extingue o fundo do direito. Trata-se de prazo decadencial o de:

- (A) 5 (cinco) anos para procuradores judiciais cobrarem seus honorários contados da conclusão dos serviços, da cessação do contrato ou mandato.
- (B) 5 (cinco) anos de garantia do empreiteiro pela solidez e segurança de construções a contar de sua entrega.
- (C) 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão preferida em um processo judicial para propor ação rescisória.
- (D) 1 (um) ano para o segurado exigir do segurador o pagamento da indenização por seguro de responsabilidade civil da data da citação para responder ação indenizatória.
- (E) 3 (três) anos para acionar o fundador de sociedade anônima por violação da lei contados da publicação dos atos constitutivos.

**Questão 42**

As obrigações no Direito Civil podem ser extintas de diversas formas, como:

- (A) pela compensação de uma obrigação de pagar quantia certa vencida com uma obrigação de entregar um imóvel avaliado no mesmo valor.
- (B) o pagamento do devedor ao credor após ter sido aquele intimado da penhora feita sobre o crédito.
- (C) a dação em pagamento feita pelo devedor ao credor, em prestação diversa, de valor superior ao do crédito, sem o consentimento do credor.
- (D) a extinção da obrigação do fiador pela novação da obrigação garantida sem o seu consento.
- (E) o pagamento realizado pelo devedor a um dos pretendidos credores quando a obrigação foi litigiosa e posteriormente ser declarado judicialmente que o direito era do outro pretendido credor.

**Questão 43**

Maria firmou um contrato com Carla de prestação de serviço no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais). Carla, na qualidade de prestadora, tinha o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para conclusão do serviço, sob pena de incorrer na seguinte cláusula penal: “o não cumprimento do prazo por parte da prestadora implica na aplicação de multa de R\$1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo de responder pelas perdas e danos sofridos pela tomadora.” Com o atraso de Carla, Maria sofreu um prejuízo de R\$2.000,00 (dois mil reais). Não houve qualquer causa para afastamento da aplicação da cláusula penal ou do dever de indenizar. Considerando o caso concreto narrado, é correto afirmar que Maria poderá exigir de Carla em razão do descumprimento contratual, desprezados eventuais acréscimos de juros e correção monetária, o pagamento de:

- (A) R\$0,00 (zero reais).
- (B) R\$1.000,00 (um mil reais).
- (C) R\$2.000,00 (dois mil reais).
- (D) R\$3.000,00 (três mil reais).
- (E) R\$10.000,00 (dez mil reais).

**Questão 44**

A maior parte dos contratos não necessita de forma específica para se tornar perfeito e acabado, obrigando as partes. Trata-se de caso em que se formou o contrato, vinculando as partes, a realização de uma:

- (A) oferta ao público de compra e venda de um bem móvel, apenas com valor e especificações, aceita por um interessado que se dispôs a pagar a prazo.
- (B) proposta de compra e venda de um automóvel, sem prazo, pessoalmente, e aceita no dia seguinte pelo seu destinatário.
- (C) proposta, aceita pelo destinatário com modificação apenas quanto a forma de pagamento, alterando-se o pagamento a prazo para à vista.
- (D) proposta por carta, com prazo de 5 (cinco) dias, sendo enviada carta de aceitação no último dia do prazo, recebida pelo proponente no dia seguinte.
- (E) proposta completa por e-mail com prazo de 24 (vinte e quatro horas) sem ressalvas, com o envio da retração após 2 (dois) minutos em razão de um erro, tendo sido enviada pelo destinatário a aceitação e entregue 1 (um) minuto após a realização da proposta.

**Questão 45**

Márcia adquiriu um imóvel de Jorge, com cláusula de garantia de 5 (cinco) anos. Jorge conhecia de um vício, não aparente anterior à entrega do bem, e não informou à Márcia.

Conforme o caso acima narrado e o disposto no Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) após Márcia descobrir o vício, poderá denunciar o defeito a Jorge a qualquer tempo, desde que dentro do prazo de garantia.
- (B) Márcia, decidindo por redibir o contrato, poderá demandar de Jorge apenas a restituição do valor pago pelo imóvel e as despesas do contrato.
- (C) se o imóvel perecer em poder de Márcia em razão de outro vício oculto não conhecido por Jorge, este não poderá ser responsabilizado.
- (D) Márcia poderá optar pelo abatimento do preço ou rejeitar a coisa, uma vez conhecido o vício, no prazo máximo de 1 (um) ano da efetiva entrega do imóvel.
- (E) Márcia deverá denunciar o vício a Jorge no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu descobrimento, sob pena de, não o fazendo, incorrer na decadência.

**Questão 46**

Os contratos podem ser extintos de diferentes formas, seja pelo acordo das partes, por previsão contratual, pelo inadimplemento, entre outras. É correto afirmar que os contratos podem ser extintos:

- (A) pelo distrato verbal, independentemente da forma exigida para realização do contrato.
- (B) em razão de qualquer inadimplemento, mesmo se cumprido em sua maior parte de seu objeto.
- (C) se torne excessivamente oneroso para uma das partes e vantajoso para a outra, por circunstância acontecimentos extraordinários e imprevisíveis e posteriores à contratação, caso seja de execução continuada.
- (D) pelo esgotamento do prazo de vigência, salvo se manifestado o interesse por uma das partes pela sua continuidade no prazo de 30 (trinta) dias contados do termo final.
- (E) pelo não implemento de condições resolutive tácita, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.

**Questão 47**

Um paciente faleceu em razão de erro médico ocorrido em uma cirurgia realizada em um hospital particular em que estava internado, sendo o médico de seu quadro de profissionais. Sobre o referido caso, é correto afirmar que:

- (A) o médico que realizou a cirurgia e o hospital poderão ser responsabilizados civilmente pelo ocorrido, o primeiro mediante a comprovação de sua culpa pela vítima do ato ilícito.
- (B) apesar de responsabilidade do médico que realizou a cirurgia ser subjetiva, sua culpa é presumida de forma relativa, sendo necessário que este comprove a sua ausência.
- (C) a responsabilidade do hospital é objetiva, sendo necessária a comprovação de imprudência, imperícia ou negligência por parte do médico que realizou a cirurgia.
- (D) considerando que o médico integra o quadro profissional do hospital, este não poderá propor ação de regresso contra o médico caso venha a responder pelo ato ilícito.
- (E) a responsabilidade do hospital é objetiva e de risco integral, respondendo pelo ato ilícito ainda que não se verifique nexos de causalidade entre o dano e a sua conduta ou atividade.

**Questão 48**

As leis são presumidamente constitucionais, sendo possível questionar sua constitucionalidade pelos diferentes meios previstos no ordenamento jurídico. Uma das formas de interpretação que se realiza no controle de constitucionalidade e prestigia a supramencionada presunção é a interpretação conforme à Constituição, que:

- (A) permite ao interprete a interpretação da norma, ainda que contra sua literalidade, para adequá-la à ordem constitucional.
- (B) o julgador atua como legislador positivo, infirmando qual deveria o texto da norma para compatibilizá-lo à Constituição.
- (C) pode ser utilizada para sanar a inconstitucionalidade formal da norma, mediante sua compatibilização com a ordem constitucional.
- (D) prestigia a reserva institucional e a separação dos poderes, afastando-se a alegação de inconstitucionalidade da norma mediante provocação do legislativo para efetuar a compatibilização da norma.
- (E) delimita a interpretação que se deve ser admitida de norma formalmente constitucional, rejeitando aquelas incompatíveis com a ordem constitucional.

**Questão 49**

Aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, a Constituição confere um tratamento próprio para sua aplicabilidade no âmbito nacional, sendo correto afirmar que:

- (A) os tratados internacionais sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário são considerados equivalentes a emendas constitucionais.
- (B) as convenções internacionais sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário são consideradas equivalentes a emendas constitucionais se aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados por maioria simples dos votos de seus respectivos membros, em um turno.
- (C) os tratados sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário são considerados equivalentes a emendas constitucionais se aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados por maioria simples dos votos de seus respectivos membros, em dois turnos.
- (D) as convenções sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário são consideradas equivalentes a emendas constitucionais se aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados por três quintos dos votos de seus respectivos membros, em um turno.
- (E) os tratados sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário são considerados equivalentes a emendas constitucionais se aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados por três quintos dos votos de seus respectivos membros, em dois turnos.

**Questão 50**

O controle de constitucionalidade é atribuição do Poder Judiciário, podendo ser concentrado ou difuso. Sobre o controle concentrado de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser proposta em face de Lei ou ato normativo municipal anterior à Constituição.
- (B) pode ser exercido pelos Tribunais de Justiça dos Estados no julgamento de Ações Diretas de Constitucionalidade e Ações Declaratórias de Constitucionalidade em face de Leis estaduais e Leis municipais de municípios que integram o respectivo Estado da federação.
- (C) é cabível o manejo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em face de conjunto de decisões reiteradas dos em primeiro e segundo graus dos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais do Trabalho.
- (D) é permitido na Ação Direta de Constitucionalidade a concessão de medida cautelar sem audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou ato normativo impugnado.
- (E) a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade têm natureza dúplice.

**Questão 51**

O Estado brasileiro, a República Federativa do Brasil, é instituído e organizado pela Constituição. Sobre a República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) tem como um de seus fundamentos estar inserida à livre iniciativa.
- (B) é vedada a secessão, proibida que Estados se subdividam ou se desmembrem para formar novos entes.
- (C) todos os entes federados são regidos por uma Constituição própria, na qual organizarão seus três poderes.
- (D) tem como entes federados apenas a União, Estados e Municípios.
- (E) é uma federação, com o poder centralizado na União, que exerce a ingerência político-administrativa nos Estados e Municípios, entes que lhe são subordinados.

**Questão 52**

A competência dos entes federados é delimitada pela Constituição. Sobre a competência dos Municípios, é correto afirmar que:

- (A) é defeso aos Municípios a imposição de medidas sanitárias, previstas em lei federal, em seus territórios para assegurar a proteção da saúde pública, considerando que a Constituição apenas confere a competência legislativa sobre a matéria à União, Estados e Distrito Federal.
- (B) são competentes para impor limitações à livre iniciativa, como a fixação de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em razão da sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) podem impor restrições, por lei, à instalação de torres de transmissão de telecomunicação próximo a imóveis integrantes do patrimônio histórico cultural e áreas de preservação permanente, em razão da sua competência para legislar sobre interesse local e sua competência concorrente cuidar de patrimônio cultural e do meio ambiente.
- (D) podem legislar sobre a atividade de transporte individual de passageiros, mediante a delegação da competência privativa da União na realizada por Lei Complementar, por se tratar de questão de interesse local.
- (E) podem instituir a cobrança de taxa de fiscalização de ocupação e permanência de postes, devida pelas concessionárias de energia elétrica, instalados em áreas, vias e logradouros públicos, considerando sua competência tributária e o interesse local envolvido.

**Questão 53**

As competências dos entes federados podem ser exclusivas, privativas, concorrentes e comuns, sendo correto afirmar que é competência:

- (A) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- (B) exclusiva da União direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (C) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (E) privativa da União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

**Questão 54**

A competência tributária está delimitada e distribuída entre os entes federativos na Constituição. Assinale a alternativa que INCORRETA.

- (A) O imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis integra a competência tributária do Distrito Federal.
- (B) O imposto sobre circulação de mercadorias incidente sobre importação de produtos do exterior integra a competência dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) A taxa de câmbio é tributo incidente ao poder de polícia exercido sobre as operações de câmbio integra a competência tributária da União.
- (D) O imposto sobre serviço de transporte interestadual e intermunicipal integra a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) A contribuição social sobre lucro líquido é tributo que integra a competência tributária da União.

**Questão 55**

A Constituição impõe aos entes federados diversas limitações de sua competência tributária na forma de garantias asseguradas ao contribuinte, sendo INCORRETO afirmar que pode ser instituído ou cobrado tributo sobre:

- (A) renda das instituições de educação, sem distinção, em razão do equilíbrio concorrencial.
- (B) filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- (C) as empresas públicas que não distribuem lucros para acionistas privados, quando ausente o risco concorrencial.
- (D) leitores de livros eletrônicos importados.
- (E) serviços das fundações de partidos políticos.

**Questão 56**

Dentre os três poderes do Estado brasileiro está o Poder Legislativo, responsável para criação de leis para regulação da vida em comum. Sobre o Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- (A) no âmbito federal é bicameral, compostas ambas as casas legislativas por representantes do povo em número proporcional à população do ente federado de sua origem.
- (B) o seu exercício no âmbito do Distrito Federal se dá pela Câmara Legislativa composta por Deputados Distritais.
- (C) no exercício de sua função típica é competente para julgar membros do Poder Executivo por crime de responsabilidade.
- (D) a composição do Congresso Nacional é renovada a cada legislatura, que tem a duração de 4 anos.
- (E) os seus membros são eleitos por meio de eleições proporcionais, e não majoritárias.

**Questão 57**

A criação de emendas à Constituição é atribuição do Poder Legislativo, no exercício do poder constituinte derivado. Sobre as emendas constitucionais, é correto afirmar que podem ser:

- (A) deliberadas para instituir a forma de estado unitário, desde que por votação em 2 turnos na Câmara dos Deputados e Senado, devendo ser aprovada por 3/4 (três quartos) de seus membros.
- (B) propostas novamente sobre a mesma matéria, se rejeitadas, apenas depois do fim da legislatura em que foram rejeitadas pelo Congresso Nacional.
- (C) promulgadas durante intervenção federal, mas não durante o estado de defesa ou de sítio.
- (D) propostas por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (E) aprovadas pelo Congresso Nacional e enviadas para sanção e promulgação pelo Presidente da República.

**Questão 58**

A transparência da gestão fiscal é essencial para efetivação do controle e fiscalização orçamentária do poder público. Conforme a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), são instrumentos da transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, EXCETO:

- (A) o relatório de gastos discricionárias de agentes políticos.
- (B) o relatório resumido da execução orçamentária.
- (C) o relatório da gestão fiscal e sua versão simplificada.
- (D) a prestação de contas.
- (E) os planos, orçamentos a lei de diretrizes orçamentárias.

**Questão 59**

Os 3 (três) Poderes têm funções típicas e atípicas diversas, todas essenciais para o funcionamento do harmônico do Poder Público. São funções típicas do Poder Executivo federal, EXCETO:

- (A) realizar o lançamento de tributos federais.
- (B) a edição de Medida Provisória.
- (C) executar intervenção federal.
- (D) a prestação de serviços públicos.
- (E) a contratação de parceria público privada para obra pública.

**Questão 60**

Sobre os crimes de responsabilidade pelos atos do Presidente da República, é correto afirmar que:

- (A) admitida a acusação por maioria simples da Câmara dos Deputados, será submetida a julgamento perante o Senado.
- (B) devem ser definidos em lei complementar, que estabelece as normas de processo e julgamento.
- (C) constitui crime de responsabilidade celebrar tratados, convenções ou ajustes que comprometam a dignidade da Nação.
- (D) se decorrido o prazo de 120 dias da admissão da acusação sem conclusão do julgamento, o processo de impedimento será arquivado e o presidente afastado reintegrado no cargo.
- (E) as condutas típicas serão penalizadas com a perda do cargo e inabilitação para exercício de função pública, apenas se consumados, não se admitindo a tentativa.

**Questão 61**

O Poder Judiciário é composto por diferentes órgãos com diferentes competências. Sobre a competência dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro, conforme a Constituição e legislação complementar, é correto afirmar que:

- (A) os Tribunais de Contas são competentes para julgar a prestação de contas do Poder Executivo, sendo importantes órgãos do sistema de freios e contrapesos.
- (B) o Tribunal de Justiça Militar estadual é competente para julgamento em segundo grau de crime de homicídio praticado pro policial militar em serviço contra vítima civil.
- (C) são competentes os Juízes do Trabalho processar a execução de contribuições sociais do trabalhador à seguridade social, de ofício, decorrente das sentenças que proferir.
- (D) aos Tribunais Arbitrais, processar e julgar as demandas referentes à direitos disponíveis em que tenham as partes optados pela arbitragem.
- (E) aos juízes de direito vinculados à Justiça Comum estadual processar e julgar causas entre Estado estrangeiro e Município localizado dentro dos limites territoriais do Estado federado ao qual está vinculado.

**Questão 62**

Os entes federados têm a obrigação de, por lei, definir o orçamento público anual. Sobre a lei orçamentária anual, nas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal, é correto afirmar que:

- (A) seu projeto deverá ser acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes da concessão de anistia de tributos.
- (B) poderá prever a desvinculação de receitas legalmente vinculadas a finalidade específica.
- (C) poderá prever, independentemente do plano plurianual ou de lei específica, a dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.
- (D) no valor de até 10% (dez por cento) do limite de gastos previstos para o exercício, poderá consignar crédito com finalidade não especificada, além da reserva de contingência.
- (E) a reserva de contingência será estabelecida conforme a receita corrente bruta e de acordo com o previsto no plano plurianual.

**Questão 63**

Os itens abaixo descrevem direitos garantidos aos indivíduos pela Constituição:

- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
- II – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- III – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- IV – todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Considerando os itens acima e a classificação dos direitos e garantia em de primeira e segunda geração, é correto afirmar que os direitos previstos nos itens:

- (A) I e IV são direitos de segunda geração.
- (B) I, II e III são direitos de primeira geração.
- (C) I, III e IV são direitos de segunda geração.
- (D) I e III são direitos de primeira geração.
- (E) I, II, III e IV são direitos de primeira geração.

**Questão 64**

Os ditos remédios constitucionais são garantias individuais que o indivíduo tem à sua disposição, sendo correto afirmar que:

- (A) poderá ser concedido efeito ultra partes ou erga omnes à decisão do mandado de injunção quando isso for inerente ao exercício do direito objeto da impetração.
- (B) o *habeas data* poderá ser impetrado para que o impetrante tenha acesso a quaisquer dados constantes de registro de entidade governamentais, desde que comprovado seu interesse.
- (C) no mandado de segurança não poderá o impetrante requerer a exibição de documento para comprovação de seu direito que esteja em posse de autoridade que tenha se negado a fornecê-lo.
- (D) o *habeas corpus* é mais adequado para se questionar a prisão de militar por punições disciplinares.
- (E) o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer partido político.

**Questão 65**

O cidadão tem a legitimidade para pleitear pela via da Ação Popular a anulação ou declaração de nulidade de determinados atos. Sobre a referida ação, é correto afirmar que:

- (A) não é adequada para anular atos lesivos ao patrimônio de sociedades de economia mista que exerçam concorrência no mercado, considerando a paridade necessária a manutenção da livre concorrência.
- (B) qualquer cidadão e o Ministério Público poderão recorrer das sentenças e decisões proferidas em desfavor do Autor.
- (C) a desistência da ação pelo Autor independe da concordância do Réu, sendo realizado a sua imediata extinção mediante a homologação da desistência.
- (D) o Autor poderá requer às entidades cuja proteção é objeto da ação o fornecimento de certidões e documentos que julgue necessário para instruir a petição inicial, de forma e devidamente justificada com a indicação completa da causa de pedir e pedido da ação popular.
- (E) em razão do seu caráter de interesse público, em nenhuma hipótese tramitará a ação popular em segredo de justiça.

**Questão 66**

A aplicação da lei tributária no tempo é guiada, dentre outros, pelo princípio da irretroatividade. Constitui exceção ao referido princípio quanto aos tributos a lei:

- (A) eleva tributo para o mesmo exercício de sua promulgação.
- (B) que altera o prazo de recolhimento do tributo vencido.
- (C) que reduz alíquota do tributo.
- (D) que deixe de definir o fato como gerador de tributo.
- (E) lei expressamente interpretativa.

**Questão 67**

Conforme a Lei Orgânica do Município de Rio Branco, o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política urbana a ser executado pelo Município. Sobre o referido Plano Diretor, é correto afirmar que:

- (A) os programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município se sobrepõe, podendo contrariar às suas disposições, em razão do caráter de garantia fundamental.
- (B) é o instrumento no qual se define as áreas especiais de interesse social, urbanístico, ambiental ou político, para as quais será exigido aproveitamento diferenciado.
- (C) deve ser elaborado de forma unilateral pela Câmara dos Vereadores sem participação de terceiros interessados, considerando que a sociedade está regularmente representada pelos vereadores eleitos.
- (D) deve fixar os critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e constituído, e o interesse da coletividade.
- (E) a elaboração e promoção de planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito não estão subordinados ao Plano Diretor.

**Questão 68**

Crimes próprios são aqueles que seu tipo penal exige condições especiais do sujeito ativo do crime. São crimes próprios, praticados por funcionário público, EXCETO, de:

- (A) advocacia administrativa.
- (B) peculato.
- (C) corrupção passiva.
- (D) abandono de função.
- (E) tráfico de influência.



**Questão 69**

A jurisdição nacional é exercida em todo o território nacional pelos juízes e tribunais constitucionalmente competentes, sendo correto afirmar, segundo Código de Processo Civil, que:

- (A) é competente a autoridade judiciária brasileira processar e julgar ação em que é ré uma pessoa jurídica estrangeira sem agência, filial ou sucursal no Brasil, caso tenha como fundamento obrigação que deva ser cumprida no Brasil, mas sequer foi iniciado o seu cumprimento.
- (B) havendo bens e renda, no Brasil, de réu em ação de alimentos domiciliado em país estrangeiro, não poderá ser proposta a ação no Brasil. Contudo, a autoridade judiciária brasileira poderá dar cumprimento à sentença da autoridade judiciária estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) nas relações de consumo em que o consumidor é domiciliado no Brasil, caso a fornecedora não tenha agência, filial ou sucursal no Brasil, eventual ação por vício ou fato do produto deverá ser ajuizada perante a autoridade judiciária estrangeira.
- (D) o inventário e partilha de bens situados no Brasil, no caso de o autor da herança ser estrangeiro, com último domicílio fora do território nacional, deverá ser processado pela autoridade judiciária estrangeira e a sentença estrangeira cumprida pela autoridade judiciária brasileira após a sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) a ação proposta perante a autoridade judiciária estrangeira induz litispendência, devendo esta ser alegada em sede de contestação acompanhada da prova, mediante apresentação de cópias com tradução juramentada, da coincidência entre o pedido e causa de pedir das demandas.

**Questão 70**

As condições da ação e pressupostos processuais devem sempre estar presentes para que a ação possa ter seu mérito julgado. Conforme o Código de Processo Civil vigente e a jurisprudência dominante, assinale a alternativa que representa um caso em que o juízo poderá julgar o mérito da ação.

- (A) Foi verificada a prescrição da parte autora em segundo grau de jurisdição.
- (B) Verificou-se que a parte autora estava postulando direito de terceiro.
- (C) O autor pede que lhe seja reconhecido benefício previdenciário do regime geral de previdência sem que tenha realizado o pedido administrativo.
- (D) Foi verificada a incompatibilidade entre pedidos formulados na petição inicial.
- (E) A ação ordinária tramita em face do Município de Rio Branco/AC na justiça comum com pedido e valor da causa equivalentes a 65 (sessenta e cinco) salários mínimos vigentes.

**Questão 71**

Avalie as afirmações abaixo:

I – A citação, é pressuposto de desenvolvimento válido do processo, podendo sua nulidade ser arguida até mesmo em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, caso na fase de conhecimento tenha o processo corrido à revelia.

II – Na impossibilidade de citação do Réu por outros meios, far-se-á a citação por edital, e, transcorrido o prazo, a ação poderá ser julgada de imediato.

III – Em regra, é prescindível que a parte esteja representada por um advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil em juízo no Juizado Especial e Justiça do Trabalho.

IV – O autor que, no processo civil, por qualquer motivo, der causa por 3 (três) vezes à extinção da ação não poderá ajuizar nova ação contra o mesmo réu e com o mesmo objeto.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

**Questão 72**

Quanto à competência para processar e julgar uma ação, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser prorrogada a competência da Justiça Comum Estadual em ação ordinária cujo valor da causa é de R\$1.000,00 (um mil reais) caso a parte Ré não se oponha.
- (B) caso uma ação seja livremente distribuída à determinado juízo e o autor desista, será realizada nova livre distribuição no ajuizamento da mesma demanda uma segunda vez.
- (C) nas ações possessórias imobiliárias, considerando que a competência territorial é relativa, poderão ser julgadas em qualquer foro, caso o Réu não se oponha.
- (D) as decisões proferidas por um juízo conservam seus efeitos com a declaração da incompetência do juízo.
- (E) o juízo prevendo no caso de ações conexas será aquele que primeiro proferiu despacho.

**Questão 73**

No processo civil são permitidas diversas modalidades de intervenções de terceiros, sendo correto afirmar que:

- (A) ocorrendo a revelia do Réu assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.
- (B) o *Amicus Curiae*, se admitido no processo, poderá recorrer das decisões de mérito do processo assim como o Autor e o Réu.
- (C) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, pelo qual terceiros podem ser incluídos no polo passivo da demanda apenas poderá ser requerido pela parte Autora.
- (D) pelo chamamento ao processo o Réu pode requerer a citação de terceiro em uma lide secundária de regresso.
- (E) sendo o denunciante vencedor na ação este não deverá pagar honorários de sucumbência ao procurador do denunciado, considerando a perda do objeto do pedido contra o denunciado.

**Questão 74**

O Ministério Público, segundo a Constituição é instituição permanente essencial à função jurisdicional. Quanto à atuação do Ministério Público na esfera cível, é correto afirmar que:

- (A) será sempre intimado antes das partes para manifestar quanto intervir como fiscal da ordem jurídica.
- (B) os prazos processuais a ele concedidos pela lei ou pelo juiz serão sempre contados em dobro.
- (C) o interesse da Fazenda Pública importa na necessidade de intervenção do Ministério Pública.
- (D) é obrigatória a intervenção do Ministério Público em ações que versem sobre direitos de relativamente incapazes regularmente assistidos.
- (E) atuará, nas causas que intervir, por meio de pareceres direcionados ao juízo, não lhe sendo conferido o direito de recorrer.

**Questão 75**

A tramitação dos processos se dá pela sucessão de atos processuais dos diferentes sujeitos do processo. Sobre os atos processuais no Processo Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar que:

- (A) os atos processuais são em regra públicos, podendo ser determinado o segredo de justiça os processos de cumprimento de carta arbitral.
- (B) somente serão admitidos documentos em língua estrangeira se acompanhado de versão em língua português firmada por tradutor juramentado.
- (C) as partes, juntamente com o juiz, de comum acordo, poderão firmar calendário processual que vinculará até mesmo o juiz.
- (D) não havendo disponibilização gratuita pela unidade do Poder Judiciário de equipamentos necessários para a prática de atos processuais por meio eletrônico, será admitida a prática do ato por meio não eletrônico.
- (E) as penhoras poderão ser realizadas nas férias forenses e feriados independentemente de autorização judicial.

**Questão 76**

A contagem correta dos prazos processuais é essencial para que se evite a preclusão. É correto afirmar que, se tratando de intimação, a contagem do prazo processual se inicia, em regra:

- (A) na data da juntada do último aviso de recebimento da carta de intimação quando realizada pelo correio a mais de um Réu.
- (B) na data da comunicação, quando o ato tiver que ser praticado diretamente pela parte sem necessidade de intermediação de representante processual.
- (C) no dia da consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.
- (D) no dia útil seguinte da ocorrência da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- (E) no dia útil seguinte da data de juntada do comunicado eletrônico do cumprimento da intimação, realizada em cumprimento de carta precatória.

**Questão 77**

O processo civil se inicia com a petição inicial, que tem seus requisitos previstos no Código de Processo Civil, sendo correto afirmar que:

- (A) a petição inicial deverá indeferida caso não conste os nomes, os prenomes, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o domicílio e a residência do réu, ainda que possível a sua citação.
- (B) verificado defeito na petição inicial capaz de dificultar o julgamento de mérito, o juiz determinará que o autor a emende, independentemente da indicação precisa do que deve ser corrigido.
- (C) o juiz deverá indeferir a petição inicial no que de ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, o autor deixe de, mesmo após intimado para fazê-lo no prazo legal, de quantificar o valor incontroverso do débito.
- (D) caso o autor manifeste na petição inicial o seu interesse pela realização de audiência de conciliação no procedimento comum e deixe de comparecer, o juiz deverá extinguir o processo sem resolução de mérito, condenando o autor no pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (E) será considerada inepta a petição inicial, ensejando o seu indeferimento se, caso o autor ou réu forem parte ilegítima, caso o autor não tenha interesse processual, ou caso o pedido seja juridicamente impossível.

**Questão 78**

O réu poderá, na fase de conhecimento do procedimento comum, apresentar diferentes respostas à pretensão autoral, de forma cumulativa ou individualmente. Sobre as respostas do réu no procedimento, é correto afirmar que:

- (A) a reconvenção, se apresentada juntamente com a contestação, deverá constar de instrumento separado.
- (B) alegando o réu sua ilegitimidade contestação, não é possível que o autor altere o polo passivo da ação diante da referida alegação por já ter ocorrido a citação.
- (C) o réu, sob pena de preclusão, deverá alegar a suspeição do juiz na contestação, não sendo possível alegar-la caso tome conhecimento de sua suposta causa em momento posterior.
- (D) as exceções de incompetência, absoluta e relativa, e a impugnação ao valor da causa deverão ser apresentadas em petição própria.
- (E) a reconvenção poderá ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro, assim como poderá ser contra o autor e terceiro.

**Questão 79**

A decisão de saneamento e organização do processo será proferida pelo juiz após a resposta do réu e impugnação do autor. Sobre a decisão de saneamento e organização do processo, é correto afirmar que:

- (A) da decisão caberá agravo de instrumento, apenas sendo possível às partes pedir esclarecimentos e ajustes por meio da petição de informação da interposição do recurso.
- (B) deverá consignar que o ônus da prova constitutiva do direito alegado é da parte autora e que deve o réu comprovar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.
- (C) resolverá as questões processuais pendentes, se houver, e, se necessário designará audiência de instrução e julgamento.
- (D) delimitará as questões de direito sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos.
- (E) não enseja a preclusão no que diz respeito à rejeição da alegação de prescrição, devendo ser esta questão enfrentada novamente em sentença.

**Questão 80**

São admitidas no processo civil diversos tipos de prova, como a documental, pericial e testemunhal. Sobre as provas no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) servirá o documento particular com declaração assinada por terceiro para fazer prova de fatos controvertidos.
- (B) é permitido que as partes plenamente capazes e em causas que seja permitida a autocomposição, escolher o perito.
- (C) nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é inadmissível, em qualquer hipótese, a prova testemunhal.
- (D) não é cabível a acareação de testemunhas, sendo esta forma de produção de prova oral própria do processo penal.
- (E) após a apresentação do rol de testemunhas somente será admitida a substituição de testemunha no caso de falecimento.

**Questão 81**

A sentença é a decisão que extingue o processo, com ou sem resolução de mérito. Sobre a sentença, é correto afirmar que:

- (A) o juiz para realizar o julgamento do mérito do processo apenas deverá fazê-lo por sentença.
- (B) ao acatar alegação de prescrição a sentença extinguirá o processo sem resolução de mérito.
- (C) em nenhuma hipótese será admitida a alteração da sentença após sua publicação.
- (D) decidindo pelo indeferimento liminar do pedido e interposta apelação o juiz poderá se retratar da sentença.
- (E) versando sobre a homologação de acordo feito pelas partes, o processo será extinto sem resolução de mérito.

**Questão 82**

Várias hipóteses recursais são previstas pela legislação processual civil, com diferentes efeitos e hipóteses de cabimento. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que julga de forma antecipada o mérito do processo.
- (B) O agravo interno é o recurso cabível das decisões colegiadas da decisão da câmara julgadora ao tribunal pleno.
- (C) A reclamação é o recuso cabível contra decisões que violam enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Os embargos de declaração são cabíveis apenas contra sentença, viciada por erro material, omissão ou obscuridade.
- (E) Os embargos de divergência são cabíveis contra decisões proferidas em sede de apelação.

**Questão 83**

A ação rescisória é um instrumento do direito processual civil pelo qual pode o interessado pleitear a rescisão da sentença transitada em julgado. Poderá, por meio da ação rescisória, ser rescindida a sentença quando:

- (A) for proferida por juiz relativamente incompetente e o réu da ação de origem tiver arguido no momento oportuno.
- (B) fundamentada em prova falsa, cuja falsidade poderá ser demonstrada na própria ação rescisória.
- (C) ofender ato jurídico perfeito ocorrido anterior ao trânsito em julgado.
- (D) importar em ofensa a literal disposição de lei quando a interpretação do dispositivo for controvertida nos tribunais.
- (E) tiver como fundamento erro de fato verificável por prova testemunhal colhida na ação rescisória.

**Questão 84**

No processo civil os títulos executivos extrajudiciais podem ter seu cumprimento forçado por meio do processo de execução e os títulos executivos judiciais pelo procedimento do cumprimento de sentença. Sobre estes procedimentos, é correto afirmar que:

- (A) no cumprimento de sentença de pagar quantia certa poderá o executado realizar o parcelamento compulsório do débito.
- (B) o cumprimento da decisão que homologa a autocomposição extrajudicial deverá ser feito por processo de execução.
- (C) a sentença que tiver parte líquida e ilíquida poderá o seu cumprimento destas partes realizado em separado.
- (D) para ser objeto de cumprimento de sentença, a sentença deverá ter transitado em julgado.
- (E) o cumprimento da sentença arbitral deverá ser realizado por meio de processo de execução.

**Questão 85**

Dentre as formas de processo de execução, há a execução fiscal, que é regulada em lei especial, a Lei nº 6.830/80. Sobre o procedimento da execução fiscal, é correto afirmar que:

- (A) os embargos à execução fiscal poderão ser apresentados independentemente de penhora.
- (B) terceiro poderá oferecer bem imóvel à penhora, desde que com o consentimento expresso de seu cônjuge, se houver.
- (C) a nomeação tempestiva de bem imóvel à penhora obriga a aceitação do exequente.
- (D) não se aplica à cobrança dos créditos tributários as regras de impenhorabilidade do bem de família.
- (E) a penhora de quaisquer bens faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

**Questão 86**

O juiz poderá no processo civil conceder diversas medidas cautelatórias, verificados os seus pressupostos no caso concreto. Sobre as medidas cautelares no processo civil, conforme o Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível a produção antecipada de provas caso seu resultado possa viabilizar a autocomposição das partes.
- (B) As medidas cautelares admitidas no processo civil são típicas, cabíveis apenas aquelas expressamente dispostas na lei.
- (C) A parte poderá pedir a título de tutela de urgência de natureza cautelar o arresto de um bem específico do réu.
- (D) A medida cautelar deverá ser pedida em autos apartados e em processo próprio.
- (E) Efetivada a tutela cautelar pedida em caráter antecedente, o autor deverá ajuizar a ação principal em 30 (trinta) dias.

**Questão 87**

As ações possessórias tramitam por procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil, e tendo como fundamento a posse do autor sobre o bem. Sobre as ações possessórias, é correto afirmar que dentre esta espécie de ação está:

- (A) a ação de interdito proibitório, pela qual poderá o possuidor que sofrer a turbação de sua posse requerer seja mantido na posse do bem.
- (B) a ação de manutenção da posse, pela qual o possuidor que tenha justo receio de ser molestado na posse pede ao juiz que o segure na posse.
- (C) a ação de despejo, pela qual o locador visa ser reintegrado na posse do bem exercida pelo locatário de forma irregular.
- (D) a ação de reintegração de posse, na qual, versando sobre o esbulho coletivo ocorrido a mais de um ano e um dia, o juiz deverá designar audiência de mediação antes de apreciar o pedido liminar.
- (E) a ação de imissão na posse, pela qual o proprietário do imóvel busca ser reintegrado na posse de um bem quem injustamente o detém.

**Questão 88**

Os juizados especiais cíveis seguem um procedimento próprio, conforme lei específica. Sobre o processamento dos juizados especiais cíveis da justiça estadual, é correto afirmar que:

- (A) a sentença poderá ser ilíquida, cabendo realizar sua liquidação pelo procedimento simplificado previsto na lei especial.
- (B) o relativamente capaz poderá ser parte nas ações propostas perante o juizado especial, desde que regulamente assistido.
- (C) as partes, quando pessoas naturais, poderão se fazer substituir em audiência por preposto regularmente nomeado.
- (D) são cabíveis os embargos de declaração e o agravo de instrumento das decisões interlocutórias.
- (E) a assistência por advogado é obrigatória nos processos cujo valor da causa exceda o equivalente a vinte salários mínimos.

**Questão 89**

Os fatos geradores consistem nas condições previstas em lei que, se implementadas, dão origem às obrigações principais e acessórias tributárias. Sobre o fato gerador de tributo, é correto afirmar que:

- (A) considera-se ocorrido desde a celebração do negócio jurídico firmado pelas partes pendente de condição suspensiva, independentemente de seu implemento.
- (B) a autoridade administrativa poderá desconsiderar negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência.
- (C) para a incidência do tributo a situação jurídica considerada como fato gerador deve ser válida e lícita.
- (D) ocorrido antes da vigência de lei que instituiu imposto poderá ensejar obrigação tributária se a vigência da lei se iniciou no mesmo exercício.
- (E) tratando-se de situação de fato, será considerado ocorrido de forma instantânea, ainda que não se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

**Questão 90**

O crédito tributário integra a dívida ativa, e poderá ser suspenso ou extinto, conforme determinado pela lei. Sobre os créditos tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) A revisão do lançamento só pode ser iniciada quando extinto o direito da Fazenda Pública.
- (B) A ocorrência da anistia é causa de suspensão do crédito tributário.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- (D) Estando a exigibilidade do crédito tributário suspensa, suspende-se também o cumprimento das obrigações acessórias decorrentes da principal.
- (E) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data do fato gerador.

**Questão 91**

A administração tributária compreende entidades e órgãos da administração pública com atribuições de controle fiscal. Sobre a administração tributária, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- (B) a Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- (C) a autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- (D) os inventariantes são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, incluindo informações quanto a fatos sobre os quais esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) as autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

**Questão 92**

A Constituição delimita os tipos de tributo que poderão ser instituídos pelos entes federativos, dentre estes estão os empréstimos compulsórios. Sobre a referida espécie tributária, é correto afirmar que poderá ser:

- (A) instituído por lei ordinária e terá aplicação de seus recursos vinculada à despesa que fundamentou a instituição do empréstimo compulsório.
- (B) dada destinação diversa aos recursos arrecadados com o empréstimo compulsório daquela prevista como fundamento de sua instituição, desde que seja a alteração da destinação feita de forma fundamentada no interesse público.
- (C) instituído mediante lei complementar pela União, para efetivação do estado de sítio, estado de defesa, e em caso de guerra interna.
- (D) instituído, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (E) instituído pelos Estados em caso de haver necessidade de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse regional.

**Questão 93**

O direito penal tutela a ordem tributária mediante a instituição de crimes em lei específica. Sobre os crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As condutas de omitir informação e de prestar declaração falsa às autoridades fazendárias constituem respectivamente crime omissivo e comissivo, ambos impróprios.
- (B) A adulteração de duplicata mercantil não constitui crime contra a ordem tributária, por se tratar de documento particular e interesses meramente particulares.
- (C) A conduta de deixar de recolher aos cofres públicos quando devido, no prazo legal, valor de tributo, descontado na qualidade de sujeito passivo de obrigação é crime contra a ordem tributária.
- (D) A conduta de patrocinar interesse privado perante a administração fazendária é crime apenas se for praticada se valendo da qualidade de funcionário público.
- (E) A falta de atendimento da exigência da autoridade tributária no prazo de 10 (dez) dias poderá ser qualificada como crime contra a ordem tributária.

**Questão 94**

Para garantir o resultado útil do processo de execução fiscal, é possível a propositura de medida cautelar fiscal por parte do fisco. Assim, é INCORRETO afirmar que:

- (A) para a concessão da medida cautelar fiscal é essencial a prova literal da constituição do crédito fiscal.
- (B) a medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito não tributário que, caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- (C) quando for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data do trânsito em julgado administrativo.
- (D) o juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia e de prestação de caução.
- (E) a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade de todos os bens do requerido.

**Questão 95**

A seguridade social engloba as medidas dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, e deverá observar os seguintes objetivos e princípios, EXCETO:

- (A) a equidade na forma de participação no custeio.
- (B) o caráter contraprestativo dos benefícios.
- (C) a seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) a equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais.
- (E) a universalidade da cobertura e do atendimento.

**Questão 96**

A seguridade social abrange, nos termos da Constituição Federal: a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde. Assim, trata-se de Direitos universais intimamente ligados à dignidade humana. Sobre os crimes contra a seguridade social, é correto afirmar que:

- (A) é vedado ao juiz deixar de aplicar a pena no crime de apropriação indébita previdenciária após o início da ação fiscal.
- (B) a conduta de inserir dados falsos em sistema de informações da previdência trata-se de crime próprio.
- (C) a pena deverá ser apenas de multa quando a sonegação fiscal previdenciária tem como objeto contribuições em valor inferior ao estabelecido para ajuizamento de execução fiscal.
- (D) o crime de sonegação fiscal previdenciária é impróprio e comissivo, e admite forma culposa.
- (E) a falsificação de documentos públicos é um crime que se limita à esfera previdenciária.

**Questão 97**

A Lei municipal de Rio Branco nº 1.793/2009 determina quais são os segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Rio Branco (RBPREV). São segurados obrigatórios do referido regime próprio, EXCETO:

- (A) os servidores efetivos das fundações públicas e das autarquias municipais.
- (B) os servidores aposentados do Poder Executivo municipal cujos proventos sejam pagos integralmente pelo RBPREV.
- (C) os servidores públicos municipais efetivos exercentes de mandato eletivo federal afastados do cargo efetivo.
- (D) os servidores públicos municipais, ocupante de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (E) os pensionistas do Poder Legislativo municipal cuja pensão seja paga integralmente pelo Município de Rio Branco.

**Questão 98**

A Lei municipal de Rio Branco nº 1.793/2009 determina quem são os beneficiários dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Rio Branco (RBPREV). Sobre os dependentes beneficiários do RBPREV, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho, não emancipado, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido fazem jus à presunção absoluta da dependência econômica do segurado.
- (B) atendidos requisitos cumulativos previstos na lei, dentre eles a dependência econômica, os enteados poderão ser equiparados aos filhos do segurado.
- (C) comprovada a existência de conta bancária conjunta, de domicílio comum e declaração de dependência feita no imposto de renda, o(a) companheiro(a) poderá ser reconhecido pelo RBPREV como dependente.
- (D) sendo o segurado casado com filhos menores, sua mãe e pai vivos que dele dependem economicamente não poderão ser considerados seus beneficiários para o RBPREV.
- (E) o cônjuge divorciado que recebia pensão alimentícia, concorrerá em igualdade de condições com o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho, não emancipado, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido do segurado.

**Questão 99**

A Lei municipal de Rio Branco nº 1.793/2009, dispõe quais os benefícios assegurados pelo Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Rio Branco (RBPREV). São benefícios do RBPREV, EXCETO:

- (A) a aposentadoria voluntária.
- (B) a aposentadoria por invalidez permanente.
- (C) a aposentadoria compulsória.
- (D) a pensão por morte.
- (E) o salário família.

**Questão 100**

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de competência municipal, limitado pelas regras da Constituição e das Leis Complementares sobre o tema. É correto afirmar que referido imposto supramencionado incide sobre:

- (A) a prestação de serviço dos Diretores de sociedades.
- (B) os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado se verifique no País, quando o tomar é residente no exterior.
- (C) a prestação de serviços em relação de emprego.
- (D) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- (E) o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.